

Temas de História de Sergipe II

Antônio Lindvaldo Sousa



**São Cristóvão/SE
2010**

Temas de História de Sergipe II

Elaboração de Conteúdo

Antônio Lindvaldo Sousa

Projeto Gráfico e Capa

Hermeson Alves de Menezes

Diagramação

Neverton Correia da Silva

Ilustração

Lucas Barros Oliveira

Revisão

Edvar Freire Caetano

Copyright © 2010, Universidade Federal de Sergipe / CESAD.

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização por escrito da UFS.

FICHA CATALOGRÁFICA PRODUZIDA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Sousa, Antônio Lindvaldo.

S725t Temas de história de Sergipe II/ Antônio Lindvaldo Sousa --
São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2010.

1. História de Sergipe. I. Título.

CDU 94(813.7)

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Chefe de Gabinete
Ednalva Freire Caetano

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Coordenador Geral da UAB/UFS
Diretor do CESAD
Antônio Ponciano Bezerra

Secretário de Educação a Distância
Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-coordenador da UAB/UFS
Vice-diretor do CESAD
Fábio Alves dos Santos

Reitor
Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor
Angelo Roberto Antonioli

Diretoria Pedagógica
Clotildes Farias de Sousa (Diretora)

Núcleo de Serviços Gráficos e Audiovisuais
Giselda Barros

Diretoria Administrativa e Financeira
Edélzio Alves Costa Júnior (Diretor)
Sylvia Helena de Almeida Soares
Valter Siqueira Alves

Núcleo de Tecnologia da Informação
João Eduardo Batista de Deus Anselmo
Marcel da Conceição Souza
Raimundo Araujo de Almeida Júnior

Coordenação de Cursos
Djalma Andrade (Coordenadora)

Assessoria de Comunicação
Edvar Freire Caetano
Guilherme Borba Gouy

Núcleo de Formação Continuada
Rosemeire Marcedo Costa (Coordenadora)

Núcleo de Avaliação
Hérica dos Santos Matos (Coordenadora)
Carlos Alberto Vasconcelos

Coordenadores de Curso
Denis Menezes (Letras Português)
Eduardo Farias (Administração)
Haroldo Dorea (Química)
Hassan Sherafat (Matemática)
Hélio Mario Araújo (Geografia)
Lourival Santana (História)
Marcelo Macedo (Física)
Silmara Pantaleão (Ciências Biológicas)

Coordenadores de Tutoria
Edvan dos Santos Sousa (Física)
Geraldo Ferreira Souza Júnior (Matemática)
Janaína Couvo T. M. de Aguiar (Administração)
Priscila Viana Cardozo (História)
Rafael de Jesus Santana (Química)
Ítala Santana Souza (Geografia)
Trícia C. P. de Sant'ana (Ciências Biológicas)
Vanessa Santos Góes (Letras Português)
Lívia Carvalho Santos (Presencial)

NÚCLEO DE MATERIAL DIDÁTICO

Hermeson Menezes (Coordenador)
Arthur Pinto R. S. Almeida
Carolina Faccioli dos Santos
Cássio Pitter Silva Vasconcelos

Isabela Pinheiro Ewerton
Lucas Barros Oliveira
Nevertton Correia da Silva
Nycolas Menezes Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"
Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze
CEP 49100-000 - São Cristóvão - SE
Fone(79) 2105 - 6600 - Fax(79) 2105- 6474

AULA 1

Caminhos da colonização da capitania sergipana:
a sociedade do couro no final do século XVI ao XVIII 07

AULA 2

Enquanto a ordem prevalecer: os núcleos de
povoamento, o Estado e o padroado... 33

AULA 3

Das insubordinações e protestos à independência
da capitania de Sergipe..... 55

AULA 4

Anos de prosperidade e mudanças: a sociedade do
açúcar e a necessidade de uma nova capital sergipana 73

AULA 5

“Fios do inesperado e da resistência...”:
negros, índios, mestiços e mulheres em Sergipe no século XIX 93

AULA 6

“Ave branca que voa dos pântanos para o azul...”: as elites e o
projeto modernizador de Aracaju nas décadas de 1910 a 1930113

AULA 7

“Um misto de acanhamento e audácia...”: reflexões em
torno da identidade sergipana (1910-1930) 127

AULA 8

“Parte do outro lado da modernização...”: Aracaju e os
homens pobres nas primeiras décadas do século XX 147

AULA 9

“Uso do privado no público”: ordem pública e coronelismo
em Sergipe (1889-1930)..... 161

AULA 10

Nas fímbrias da ordem e do progresso: outras “vozes” e “
histórias de vidas” diferentes dos agentes da
modernização em Aracaju 179

CAMINHOS DA COLONIZAÇÃO DA CAPITANIA SERGIPANA: A SOCIEDADE DO COURO NO FINAL DO SÉCULO XVI AO XVIII

META

Neste texto, iremos fazer uma breve discussão de como se processou a colonização de Sergipe através da expansão da criação de gado do rio Real ao São Francisco; com isso, levar o aluno a refletir sobre os primeiros agentes da expansão da colonização sergipana do final do século XVI (com a conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros) até o século XVIII.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

entender a seguinte frase de Felisbello Freire: “antes do sergipano ser lavrador, foi pastor”; saber quais as formas de produção adotadas pelos primeiros agentes da expansão da colonização sergipana do final do século XVI (com a conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros) até o século XVIII;

ter uma visão crítica desse processo de colonização, identificando privilégios de alguns agentes da colonização sobre os demais; e

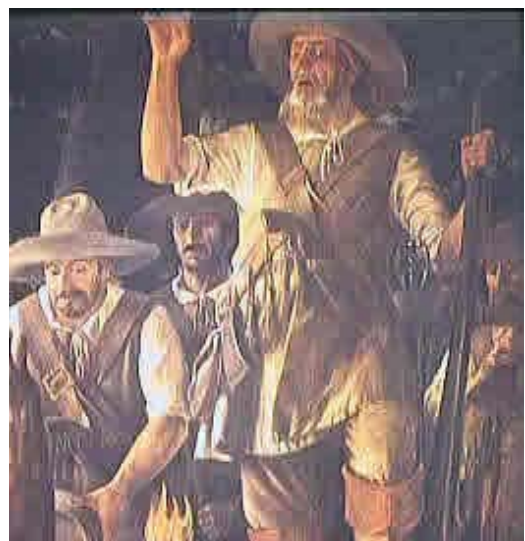
por fim, apreender indícios da “sociedade do couro” ainda presentes no cotidiano da sociedade sergipana atual.

PRÉ-REQUISITOS

Os textos da última unidade da disciplina Temas de História de Sergipe I

Pode-se dizer que os bandeirantes participaram da expansão do território brasileiro, desbravando os sertões. Por outro lado, foram violentos na caça de indígenas e escravos fugidos, ajudando na manutenção do sistema escravocrata do Brasil colônia.

(Fonte: <http://www.achetudoeregiao.com.br>)



INTRODUÇÃO

Vamos começar nossa primeira aula com uma frase de Felisbello Freire que sempre ouvi da minha professora de História de Sergipe, quando estudei o curso de licenciatura em História na década de 1980. A professora Maria de Andrade Gonçalves, mais conhecida por “Marion”, costumava repetir: “antes do sergipano ser lavrador, foi pastor”. (1977:176).

Lecionando aulas de História de Sergipe na UFS, desde o início dos anos 1990, percebíamos que esta frase de Freire estava presente em vários outros textos da historiografia sergipana. Muitos autores a citavam quando estudavam o período colonial da província sergipana. José Silvério Leite Fontes, em *A Formação do Povo Sergipano*, por exemplo, a utiliza para compreender a sergipanidade, desde a fase inicial da conquista de Sergipe até o período do aparecimento da Universidade Federal de Sergipe, da Petrobrás e outras transformações observadas no século XX.

Tomemos essa frase como nosso primeiro passo para entendermos o processo de colonização de Sergipe, iniciado logo após a conquista violenta de Cristóvão de Barros em 1590, onde os primeiros habitantes (os índios tupinambá) foram derrotados. Parece que Freire identifica as origens da identidade sergipana alinhadas à criação de gado, à cultura pastoril. Segundo o dicionário de Houaiss da Língua Portuguesa, o termo “pastor” significa “indivíduo que leva os animais ao pasto e os vigia”. E o termo “cultura pastoril” é “relativo à vida e costumes do campo; campestre e bucólico”. (2001:2145).



Felisbello Freire nasceu em Itaporanga d’Ajuda, em 1858, e faleceu no Rio de Janeiro, 1916. Formou-se em medicina na Bahia e também um grande político brasileiro. (Fonte: <http://www.fazenda.gov.br>).

OS CRIADORES DE GADO E A CONQUISTA DE SERGIPE (TERRAS DO RIO REAL AO SÃO FRANCISCO)

Vamos começar relembando aspectos da conquista de Sergipe em 1590. O Governo luso-espanhol (não esquecer que nesse tempo Portugal estava sob o domínio da Espanha), junto com as autoridades baianas, na conquista e colonização do território situado entre o rio Real e o São Francisco, optou pela via da guerra em detrimento da catequese inaciana que se desenvolvia aproximadamente desde 1575. Luiz de Brito, governador da Bahia neste tempo, tinha interesses de anexar o território sergipano ao seu domínio, a capitania da Bahia. O Governo luso-espanhol, possuidor das terras entre o rio Real e São Francisco, necessitava integrar essa área à administração como outras do Brasil sob o regime de capitanias. Havia trechos do território brasileiro que ainda não contavam com o domínio real.

Os criadores de gado também são peças-chave nesse processo de conquista de Sergipe em 1590. Garcia D'Ávila, criador de gado, baiano, é personagem importante nessa empreitada da conquista de Sergipe. Ele instigou Luis de Brito a empreender a luta armada contra os tupinambá nessa região.

Garcia, dono da Casa da Torre, localizada na região conhecida por Tatuapara, hoje Praia do Forte, (veja foto em anexo) usou de todo seu prestígio político para expandir a criação de gado em terras de boas pastagens, próximas ao Rio Real e à foz do Rio São Francisco.



Maquete da Casa da Torre – foto do arquivo particular do autor deste livro.



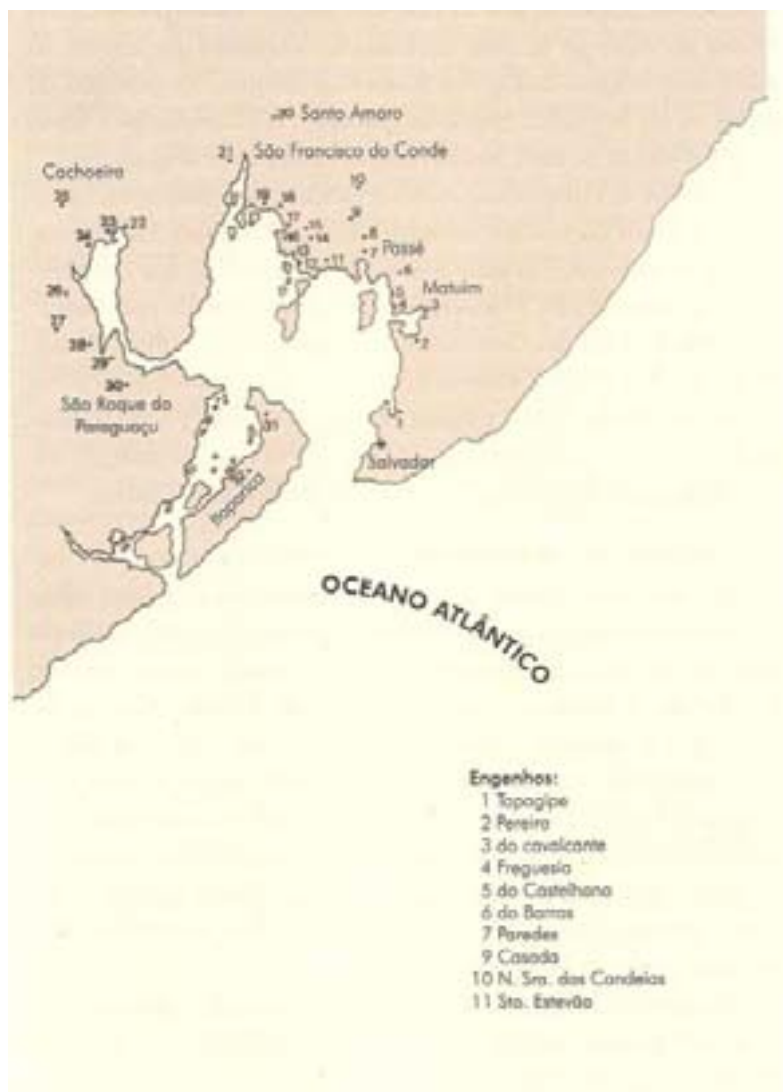
Casa da Torre na atualidade- foto do arquivo particular do autor deste livro.



Localização da Praia do Forte onde fica a Casa da Torre.
(Fonte: <http://www.maps.google.com.br>).

O interesse de Garcia nas terras de bons pastos que se localizavam entre esses rios ocorre no bojo do processo de expansão do domínio do Norte da Bahia, no momento em que outros proprietários de terras desejavam expandir seu domínio para além do recôncavo baiano. Os senhores de engenho também tinham interesse nessa nova apropriação de terras. Estes necessitavam de gado para a força motora das moendas, para o transporte das canas aos engenhos e do açúcar para os portos de embarque, produtos necessários para alimentação das populações em contínuo crescimento. Os trapiches e engenhos necessitavam de muitos bois. Os senhores proprietários de terras também se interessaram em ocupar Sergipe para facilitar o transporte dos rebanhos do vale baiano do Rio São Francisco para o Recôncavo.

Confira o mapa onde se localiza o Recôncavo.



Mapa do Recôncavo com engenhos. (TAVARES,2001:137).

A cobiça pelas terras de Sergipe, por parte dos senhores de engenho (Recôncavo), principalmente pelos criadores de gado, assemelhou-se à mesma política empreendida em Pernambuco para a conquista da Paraíba. Em ambas as regiões, houve uma ação política dos proprietários de terras no sentido de abrir novos caminhos à sua atividade. (ALMEIDA PRADO, 1945: 219).

Nunes, em *Sergipe Colonial I* (2006:35-36) também compreende essa empreitada dos interesses dos proprietários de terras como parte da expansão da atividade açucareira e da criação de gado dos baianos. De igual maneira, reconhece a importância da Casa da Torre na ocupação do território sergipano. Entretanto, não é partidária da ideia de que esses colonizadores fossem grandes desbravadores de Sergipe, considerando-os bravos empreendedores, heróis que conduziram o território sergipano nos

caminhos da integração nacional e a serviço da grandeza do Brasil. Em muitas partes dos textos “A Integração do território sergipano à colonização portuguesa” e “As primeiras atividades econômicas: o Pau Brasil e o Gado”, identificam o primeiro Ávila, o senhor da Casa da Torre, como “latifundiário” e explorador das terras dos índios. Também a autora se posiciona a favor dos índios, identificando, em muitas ações deles, atitudes heróicas nas reações ao colonizador.

OS ÁVILA COMO “BANDEIRANTES”, HERÓIS DESBRAVADORES DO SERTÃO

Essa imagem dos Ávila, impressa por Nunes, diferencia de outras presentes em textos diversos de intelectuais brasileiros. O primeiro Ávila, por exemplo, foi identificado como agente social a serviço da construção da nacionalidade.

A imagem de Garcia de Ávila e seus familiares como heróica emergiu entre os intelectuais baianos. Alguns textos esparsos foram publicados em Jornais, em Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e em Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia. Essa literatura histórica difundiu a fama dos Ávila como importantes homens do passado baiano e brasileiro.



O bandeirante Domingos Jorge Velho – detalhe da obra de Benedito Calixto.

(Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br>).

Aparecem eles como bandeirantes desbravadores do sertão. Veja o mapa abaixo da expansão dos bandeirantes da Casa da Torre segundo os Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia. No mapa há linhas identificando a penetração desse bandeirantes em quase todo o Nordeste brasileiro:

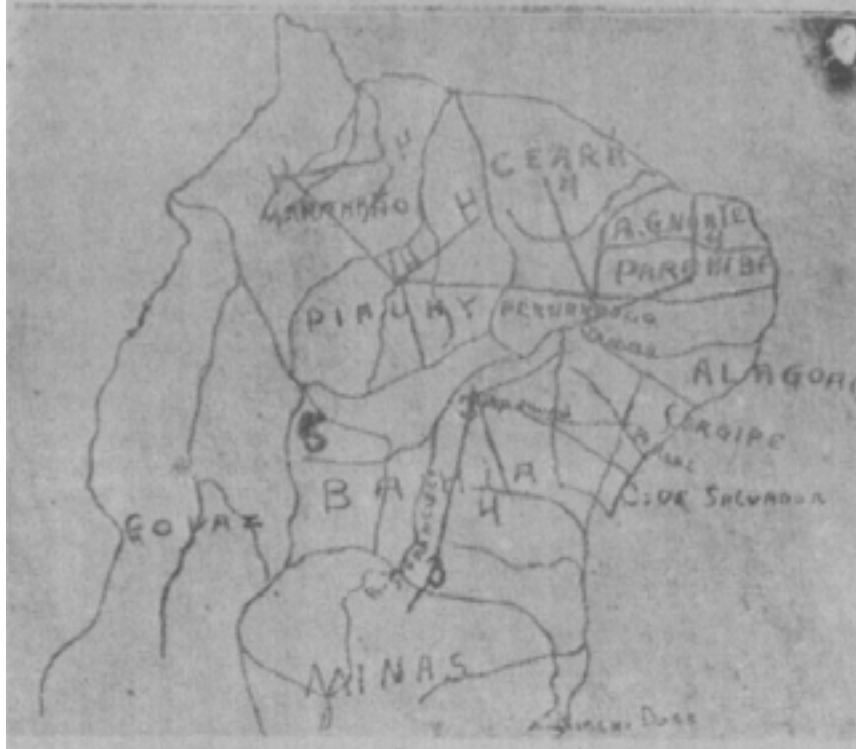
Nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do XX muitos intelectuais difundiram o símbolo do bandeirante como grande conquistador do território brasileiro, visto como homem civilizador, integrando áreas dispersas à colonização portuguesa. Um lugar onde se processou a difusão desse símbolo foi o Estado de São Paulo. Este Estado passou por uma fase proeminente de desenvolvimento econômico no cenário brasileiro e necessitava legitimar essa mesma proeminência com a construção de uma história que atribuísse uma maior importância à participação paulista no passado brasileiro. Os bandeirantes ocuparam papel central nesse discurso de exaltação do passado paulista no passado brasileiro.

Segundo Ângelo Emílio da Silva Pessoa (2003:31), o Estado da Bahia não ficou à margem desse discurso nacionalista que exaltou os bandeirantes como desbravadores do sertão brasileiro. Também os intelectuais, artistas e instituições culturais baianas buscaram difundir o símbolo do bandeirante como grande conquistador do território brasileiro, visto como homem civilizador, integrando as regiões dispersas à colonização portuguesa. Essa elite baiana, igualmente, procurou enaltecer o papel dos seus antepassados na construção da História nacional. Para Pessoa (2003:31) “no que diz respeito à Bahia, construiu-se com cuidado a poderosa imagem de ‘berço da nacionalidade’, que resguardaria a esse Estado sua importância na Federação como parte da própria essência do ‘ser brasileiro’”. Ainda segundo esse autor,

O símbolo do bandeirante baiano, embora não tão difundido quanto o seu congêneres paulista, foi importante para ajudar na definição de uma identidade local, que repusesse no seu lugar de destaque a antiga sede da capital da colônia portuguesa. O bandeirismo baiano, nessa acepção, significou a defesa da importância da própria Bahia na construção da Nação, não apenas como sede administrativa por mais de dois séculos, mas como ponto de propagação de um importante movimento de conquista de territórios para a formação do vasto país. Nesse sentido, se fazia necessário mostrar a precedência da penetração baiana em diversas e distantes áreas do país, de forma a contrabalançar outras epopéias locais, que arrostavam para si essa importante tarefa. (2003:31)

Observe nesse enunciado acima a especificidade simbólica do bandeirantismo baiano, na relação com a identidade local e, sobretudo, a importância da Bahia na construção da Nação. Destaquemos uma frase-chave importante para entendermos a identificação do bandeirante baiano como colaborador da formação do extenso Brasil: “O bandeirismo baiano, nessa acepção, significou a defesa da importância da própria Bahia na construção da Nação”.

Tomemos um exemplo de intelectual baiano que corroborou com esse simbolismo. Francisco Borges de Barros, antigo Diretor do Arquivo Público da Bahia, por exemplo, em *Bandeirantes e Sertanistas Bahianos*, publicado em 1919, reproduziu documentos sobre o papel dos bandeirantes baianos na conquista do sertão nordestino, onde os Ávila ocupam posição central. Esse autor contribuiu para divulgar ainda mais a fama da Casa da Torre como conquistadora dos sertões do Nordeste e alicerçar uma visão heróica dessa empreitada.



Linhas de Penetração dos bandeirantes da Casa da Torre segundo Anaes do Arquivo Público do Estado da Bahia (TAVARES,op. cit.: 152).

Urbino Viana é outro autor que nos possibilita entender esse simbolismo do bandeirante baiano nessa mesma perspectiva de Barros. Em 1935, no seu livro *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*, percebe que o rio São Francisco se torna o cenário principal da épica conquista dos sertões pelos heróis baianos, que devassaram corajosamente regiões longínquas e inóspitas. A Casa da Torre ocupa um dos focos centrais nessa ação bandeirante, de acordo com o autor:

Com o primeiro governador viera Garcia de Ávila. Este nome é um simbolo: porque, pelo tempo a diante, seus descendentes synthetizam o movimento bandeirista bahiano”, os Ávila são a “synthese do esforço bahiano, rezumo da acção civilizadora que obraram, tendo por ponto centrico o São Francisco, teatro principal de suas ‘entradas’. A propriedade territorial que chegam a ocupar é a maior que já se viu (...) a Casa da Torre, por seus representantes, sempre luctou, e tenazmente, contra o indio rebellado, fazendo as entradas mais gloriosas e de effeitos mais positivos. Representa, legitimamente, a conquista do sertão bruto pelo bahiano, no seu esforço heróico, decidido, resolutivo. Foi das mais efficazes a sua actuação civilizadora, se assim podemos chamar áquella sanguinolenta conquista para o povoamento de curraes, que se espalharam innumeraveis pelas ribeiras do São Francisco” (VIANA, 1935: p.22-24. Apud SILVA,2004: 33)

Esse texto de Viana é significativo para o entendimento desse valor simbólico do bandeirismo baiano onde se refere aos Ávila como heróis baianos na conquista do sertão. As palavras “esforço heróico”, “decidido”, “resoluto” são significativas no alicerce desse simbolismo construído sobre os Ávila. Estes são mencionados como homens “corajosos”, “eficazes” que enfrentaram batalhas onde jorrou sangue. Essa idealização se aproxima de algumas cenas de cavaleiros da Idade Média lutando nas cruzadas, combatendo os mouros vistos como infiéis e bárbaros. Entendemos que Urbino Viana, possivelmente, enxerga o desbravamento do sertão como uma batalha, onde essa família baiana encontrou os inimigos, os índios, povos violentos onde ainda imperava a barbárie.

Barros e Viana são exemplos da construção do simbolismo dos Ávila como bandeirantes baianos, agentes da civilização do Brasil. Eles e outros intelectuais baianos do final do século XIX e início do século XX tinham o seguinte raciocínio: (1) o sertão é lugar de índios selvagens onde não há civilização; (2) o bandeirante heroicamente ocupa o sertão; (3) o bandeirante instala seus “currais”, etapa fundamental para o progresso daquela localidade, vitória da civilização sobre a barbárie. (4) o sertão passou a ser integrado ao país.

Na etapa (3) os “currais” são destacados como necessários para a civilização do sertão. Os currais eram propriedades dos donos das terras, aonde o gado iria se espalhar.

Voltemos a nos referir ao proprietário dos “currais”. Como vimos anteriormente, os autores exaltaram os feitos desses criadores de gado tendendo a imortalizar seus nomes e os dos seus familiares. Vale ressaltar que essa exaltação dos seus nomes corroborou para a edificação da terra baiana como importante região a serviço da pátria. Um detalhe a que devemos estar atentos é o nome dado a esse criador de gado que chega ao sertão, domina o índio, ocupa suas terras, constrói sua casa e edifica os currais. Observe que não há ênfase em apresentá-lo como “currealista”, “latifundiário” e “colonizador”. Optam-se pelo termo “bandeirante”, eivado de uma simbologia própria daquele momento histórico, como acima nos referimos.

Retornemos a apreciar como alguns autores baianos que contribuíram para alicerçar a família Ávila como uma grande família a serviço da causa baiana de contribuição para a grandeza do Brasil. Um autor que não podemos deixar de mencionar é o Pedro Calmon, que produziu um clássico livro denominado “História da Casa da Torre”. Calmon estava mergulhado na idéia de construção da nacionalidade brasileira e o papel central desempenhado pelas grandes famílias patriarcais nessa construção. Interessava a esse autor enaltecer os feitos dessas famílias naquilo que teriam contribuído para a formação do país. Para ele, os Ávila conquistaram um vasto território brasileiro e eles contribuíram para a formação do caráter nacional do povo brasileiro.

Calmon procura no livro *História da Casa da Torre* fazer uma sequência cronológica de capítulos que acompanhasse a trajetória da Casa da Torre desde a chegada do 1º Garcia d'Ávila em 1549 até o fim do morgado da Torre, já na quarta década do século XIX. Apesar de identificar a violência empregada contra os índios e a população mais pobre por parte dos conquistadores, esse autor se interessa mesmo em evidenciar para a História a grande contribuição das grandes famílias patriarcais, os Ávila em especial, para a causa da formação de nossa nacionalidade.

Mesmo não tendo uma visão apologética sobre os Ávila como os representantes da elite baiana do final do século XIX e início do século XX, Calmon reforça a importância dessa família no desbravamento do sertão e para a construção da nacionalidade brasileira.

OUTRA HISTÓRIA A SER CONTADA DOS DESBRAVADORES DO SERTÃO

Devemos fazer inversão de valores através dos seguintes questionamentos: o dominador não é mais o herói e o dominado ocupa seu lugar na galeria dos personagens importantes no engrandecimento da pátria? Garcia de Ávila poderia ser visto não mais como herói? Devemos encontrar novos heróis entre os dominados, aqueles que foram vítimas do processo de colonização dos bandeirantes?

Luiz Alberto Moniz Bandeira provoca uma discussão sobre a reversão desses valores. Logo no início do seu livro, “O Feudo - A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil”, esse autor critica os historiadores que acreditam escrever uma história dos oprimidos tendendo a ajustar contas com a opressão do passado. Essa abordagem foi construída em oposição ao eurocentrismo que dominou a historiografia brasileira até parte dos anos de 1950. Esses historiadores são conhecidos como da tendência de uma “história vista de baixo”, pois procuram rever a apologia à colonização e à discriminação dos índios e escravos. Para Bandeira, essa abordagem teria a tendência de “condenar, implícita ou explicitamente, a colonização e até mesmo o descobrimento do Brasil como aliás de toda a América, por considerar que tais acontecimentos acarretaram o desaparecimento dos povos indígenas e a escravização dos africanos”. (BANDEIRA, 2000: p.37)

Ainda segundo Bandeira, os autores dessa tendência historiográfica não atentam aos valores de uma época. Se tomarmos como exemplo a relação senhor de engenho e escravos, muitos pesquisadores, afirma Bandeira, não percebem que a violência foi parte integrante do processo e, como tal, elemento de avanço do processo rumo à formação do mundo contemporâneo. Essa mesma violência deveria ser considerada de acordo com o conjunto de valores vigentes à época e não a partir de um julgamento posterior dos historiadores.

Pessoa se posiciona de forma crítica sobre essa posição de Bandeira. Ele concorda que se pode cair numa visão ingênua da própria história ao aceitarmos para os escravos o mero papel de forças produtivas ou vítimas passivas da História. Seria ingênuo, de igual forma, apagar as classes dominantes da história como forma de estabelecer um pretense resgate dos dominados. Todavia, por outro lado, acredita que não se pode silenciar ou diluir da História marcas da dominação exercida pelos senhores no exercício cotidiano da dominação. (PESSOA, 2003:39-40)

Ainda se referindo à tentativa de um maior equilíbrio nessa pesquisa sobre o passado, Pessoa chama a atenção para os revezes da colonização. Entende ele que

“esse processo criou uma sociedade marcada por certas características de manutenção de privilégios e pela exclusão social que até o presente impediram que se afirmasse um valor plenamente positivo de nacionalidade e de cidadania que agregasse as diversas fraturas que marcam nossa sociedade até o presente”. (op. cit. 44)

Observe atentamente que Pessoa enxerga a “manutenção de privilégios” e “exclusão social” como frases chaves em sua crítica a Bandeira. Observe mais atentamente ainda, nesse enunciado, que dada à situação social de privilégios de poucos sobre a maioria, não houve a afirmação de um “valor plenamente positivo de nacionalidade e de cidadania”. Em outras palavras, as famílias tradicionais, como é o caso dos Ávila, mantendo seus privilégios, foram contribuidoras de forma direta ou não com as “diversas fraturas que marcam nossa sociedade até o presente”.

Pessoa se distancia mais ainda da interpretação de Bandeira quando pontua a seguinte crítica sobre esse autor:

“Embora se afaste da tendência mais apologética de Pedro Calmon, Moniz Bandeira se identifica com ele na mesma medida em que concede o papel quase que único de formação do Estado e da nação aos segmentos dominantes da sociedade brasileira e em que considera a existência de um sentimento proto-nacional associado a esses agentes sociais”.(Op. Cit, p.12)

Concordamos com a posição crítica de Pessoa quando refere que a colonização e outros momentos históricos do Brasil foi um processo que criou uma sociedade marcada por certas características de manutenção de privilégios e pela exclusão social e que as consequências de tudo isto é o retrato atual de um país extremamente injusto socialmente.

Essa nossa concordância com Pessoa nos faz encaminhar nossa discussão para demonstrar os privilégios dos criadores de gados na ocupação de boa parte das terras sergipanas. Muitos acordos políticos foram firmados

entre senhores de terras com as autoridades constituídas na Bahia para efetivar a conquista de Sergipe em 1590.

DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS EM SERGIPE: PRIVILÉGIOS E CAMINHOS DA COLONIZAÇÃO

Poucos anos depois da “guerra justa”, no período de 1596 e 1607, houve a distribuição de aproximadamente 205 sesmarias. A maioria dos solicitantes dizia ter vindo com Cristóvão de Barros na batalha contra os índios. Em troca desse serviço, a maioria pediu terras para criar gado, licença para procurar metais preciosos e assumir alguns postos de comando nas localidades. Os familiares do comandante da guerra também tiveram o privilégio de ganhar terras.

UM DESSES BENEFICIÁRIOS FOI BELCHIOR MORÉIA

De acordo com Nunes “entre esses pioneiros desbravadores, sobressaiu Belchior Dias Moréia, estendendo suas fazendas pela margem esquerda do rio Real, localizadas onde hoje se encontra a cidade de Tobias Barreto, outrora Campos do rio Real.

OUTRO FOI SIMÃO DIAS

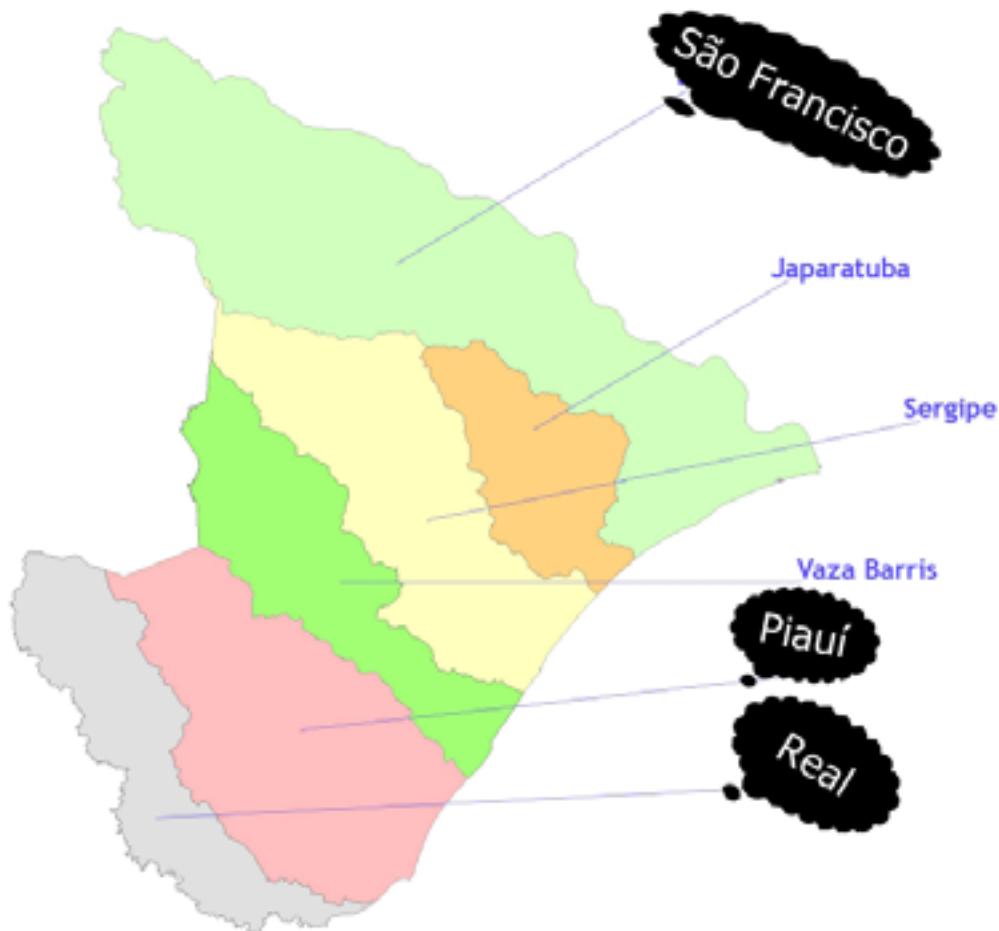
Segundo Nunes “Entre os sesmeiros que nessa região se fixaram, encontrava-se Simão Dias, o Francês, personagem semi-lendário em seus feitos mas, historicamente, comprovada sua chegada à região de Itabaiana, donde, partindo para o oeste, alcançaria em 1607 o local que conserva o seu nome”.

OS MAIS BENEFICIADOS FORAM GARCIA DE ÁVILA, HERDEIROS E AGREGADOS

Quem mais ganhou terra em Sergipe foram os Ávila, pelo privilégio de ter apoiado a “guerra justa” contra os índios em Sergipe, conforme apresentamos no início deste texto. Nunes deixa bastante em evidência essa extensão de terras dessa família na seguinte frase: “Realmente, a Casa da Torre, através da concessão de sesmarias, tornar-se-ia proprietária de grande extensão de terras do solo sergipano, por onde estenderam os rebanhos dos seus prepostos”. (NUNES, 2006: p.25)

Donos de boa parte das terras em Sergipe, os Ávila as redistribuíam conforme seus interesses econômicos e políticos. Eles também intervinham nas distribuições de terras já antes da conquista de 1590 e, posteriormente, continuaram com o início da colonização. Conforme nos referimos anteriormente, não devemos esquecer que Garcia de Ávila se tornou o homem com mais prestígio político na Bahia, do final do século XVI até a sua morte em 1609. Segundo Capistrano de Abreu, Garcia era protegido de Tomé de Souza e “para adquirir essas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimento de sesmarias” (ABREU, 2000: 152). Esse prestígio foi continuado com seus familiares no século XVII. As influências políticas dessa família faziam com que muitos sesmeiros ganhassem terras férteis em determinadas regiões, um privilégio dado a poucos. Os requerentes preferiam terras situadas às margens dos rios Real e Piauí.

Veja o mapa para você entender onde se localizam as bacias de Sergipe. Destacamos as dos rios: Real, Piauí e São Francisco.



Mapa de Sergipe destacando 3 bacias: Real, Piauí e São Francisco.
(Fonte: <http://www.semarh.se.gov.br>).

Em acordos políticos com o governante Manuel Teles de Barreto, antecessor de Luiz de Brito, os Ávila solicitaram terras para algumas irmandades religiosas que rivalizavam com os jesuítas, como foi o caso dos irmãos de São Bento, em Salvador. (NUNES, 2006: p.30). Garcia identificava nos jesuítas em catequese em Sergipe um dos maiores obstáculos à ocupação de suas terras nas margens do rio Real. Beneficiar os beneditinos tornava-se parte de jogo político que envolvia vários outros interesses.

Os Ávila, com seus rendeiros e sesmeiros, vale ressaltar, tiveram muitos privilégios na ocupação do território sergipano de sul ao norte, do Vaza Barris à foz do São Francisco. O vaqueiro precisava ocupar terras privilegiadas para criar o gado, especialmente em altiplanos, de campos largos e, preferencialmente, úmidos. Essa escolha de lugares mais adequados visava ao interesse da produtividade, da reprodução de mais animais para abastecer os engenhos.

Havia muitos privilegiados que tinham terras em várias localidades. Em 1612, Diogo de Campos Moreno em “Livro que dá razão do Estado do Brasil” fez a seguinte observação.

“Tem esta Capitania” mais de duzentos moradores brancos separados uns dos outro, a respeito das criações para os quais são tão cobiçosos de ocupar terra, que há morador que tem trinta léguas de sesmaria em diferentes partes, e Antônio Cardoso de Barros tem de sesmaria desde o rio de Sergipe até o rio de São Francisco por costa, e pela terra a dentro mais de oito léguas, e outros muitos moradores desta maneira têm ocupado com quatro currais terra em que se pode acomodar muitas gentes, e sobre estas posses há grandes diferenças, e não é possível comodamente fazer-se o que convém ao bem comum, e serviço de Sua Majestade”. (CAMPOS MORENO, 1968: p.256)

A PROSPERIDADE DA CAPITANIA DE SERGIPE COM O GADO

Apresentava-se promissora a capitania de Sergipe nas primeiras décadas do século XVII. Ainda, segundo Campos Moreno, os rebanhos de bois, éguas e cavalos abasteciam os engenhos de Pernambuco e Bahia e eles eram de boa qualidade, chegando a ser vistos como os melhores do Brasil. Segundo esse autor:

Esta capitania é muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e Bahia para os quais vai muito gado, assim para comer, como para serviço; criam-se nestes pastos muitos bois, e bons cavalos, que do Brasil são os melhores. (CAMPOS MORENO, 1968: p.256)

Outro autor a se referir nessa empreitada dos colonizadores foi Ambrosio Fernandes Brandão, autor do livro “Diálogos das Grandezas do Brasil”. (1943:67) Para este autor a Capitania de Sergipe se definia como: “Coisa pequena, e só abundante em gado, que naquela parte se cria em grande cópia”.

A pecuária desenvolvida entre as margens do rio Real ao São Francisco

englobava, além dos bovinos, muares, equinos, o gado miúdo, expressão designativa dos suínos, caprinos e ovinos. O sal para alimentar o gado teve grande importância na fixação do criador de gado ao norte da capitania.

A EXPANSÃO DO GADO SE INICIOU COM A COLONIZAÇÃO SERGIPANA A PARTIR DO RIO REAL

Segundo Lima Junior, em 1607, os colonizadores com seus rebanhos já alcançavam as matas de Itabaiana e Simão Dias, indo para os lados do sertão oeste e noroeste, seguindo o curso do Vasa-Barris, optando por regiões semiúmidas já em transição para o semiárido, recobertas de pastagens ao mesmo tempo que se distanciava do litoral. (LIMA JUNIOR, 1914: 328)

Antes de meados do século XVII os criadores de gado já se firmaram nas imediações do rio São Francisco. O Livro da Razão do Estado do Brasil, anteriormente citado neste texto, identifica nomes da região sanfranciscana ocupada pelo gado, como Porto da Folha.

O CRIADOR DE GADO COMUM

Os Ávila, seus beneficiados e agregados não foram os únicos a ocupar a capitania sergipana para criar o gado. Nem os que ganharam sesmarias, conforme os acordos políticos na conquista de Sergipe e ao longo do século XVII. Há uma maioria, de poucas posses, a ganhar terras. Esses homens só tinham meios de ocupar o solo através das criações e dos mantimentos usando a mão de obra familiar. De pequena extensão, geralmente essas primeiras sesmarias não ultrapassavam uma légua. Parte delas ficava mais próximo do litoral.

Segundo Alberto Passos Guimarães, também ao longo das décadas do século XVII e XVIII homens pobres, pouco a pouco, empreenderam uma conquista de terras. “A pecuária permitiu o acesso à terra de uma parte da população nativa mais pobre” (GUIMARÃES, 1981: 72). A maior presença era de “de brancos pobres, os peões, aventureiros de todos os bordos” (Queiroz, 1982: 109).

As fazendas não se constituíam uma grande empresa de mão de obra. Havia a necessidade de algumas pessoas se iniciar no empreendimento, podendo contar o sesmeiro com índios, escravos foragidos, criminosos e aventureiros (NUNES, 2006: 111) Para Capistrano de Abreu “pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, condição de alta valia num país de população rala (ABREU, 2000: 151).

Ainda segundo Abreu, esses aventureiros adentravam o sertão com o gado, enfrentando e vencendo o desafio do meio geográfico. Acostumar o gado no pasto torna-se a tarefa inicial. Depois era amansar e ferrar o gado, curá-lo das doenças, queimar os campos, “extinguir as onças, cobras

e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir bebedouros” (ABREU, 2000: p.153-154)

Os índios refugiados pela ação do colonizador passaram a integrar a atividade pastoril, elemento importante pelo conhecimento que tinham da terra. Todavia, essa integração não foi fácil. É equivocado pensar a sociedade do couro tendo característica e natureza livre do trabalho, menos hierarquizada e mais democrática. Guardadas as devidas diferenças com a sociedade agrícola de produtos de exportação, a sociedade do sertão, criadora de animais, também se utilizava da escravidão tanto do índio como do negro. Nessa perspectiva, Maria Yeda Leite Linhares é bastante taxativa: “Hipoteticamente, os índios, inadaptados ao trabalho sedentário da agricultura, teriam aceitado facilmente viver no latifúndio da pecuária! A realidade não confirma essa versão.”(1996)

Todavia, o escravo negro era muito honeroso para o criador comum do gado. Segundo Nunes, em 1637, um curral com grande extensão territorial era alugado por 8\$000 anualmente, enquanto um negro escravo custava 36\$000 e um boi 4\$000²³. (NUNES, op. cit, 114). Dessa forma, muitos preferiram empregar toda a família e utilizaram-se do índio nas formas mais cruéis possíveis. Pouco a pouco, muitos índios passaram a mendigar, indo atrás de emprego, se sujeitando a todo tipo de compensação pelo seu trabalho.

Iremos retornar a essa temática do trabalho indígena quando analisarmos sua situação no século XIX, quando se empreende a expansão da cana-de-açúcar na região da Cotinguiba.

BREVE FASE DE DECLÍNIO DA SOCIEDADE DO COURO E SUA RECUPERAÇÃO

Encerrrou a primeira fase de desenvolvimento da pequária da capitania, em 1637, quando os holandeses invadiram as terras sergipanas. Foram sacrificadas várias cabeças de gado por parte do invasor e, de igual forma, por parte dos próprios colonizadores da província sergipana. A permanência dos batavos foi de sete anos na capitania sergipana. Somente saindo em 1645.

No decorrer do século XVIII, o trabalho de povoamento e colonização prosseguiu. Na primeira metade do século XVIII a pecuária continuou a ser o elemento mais importante da economia sergipana.

Com a prosperidade dos engenhos na segunda metade do século XVIII, os rebanhos foram empurrados para as terras do agreste e do semiárido. Documentos da Coroa portuguesa probiam que o gado fosse criado próximo ao litoral. Mas boa parte das fazendas de gado corroboraram com a economia dos engenhos, suprindo suas necessidades de carne e animais para tração e transporte.

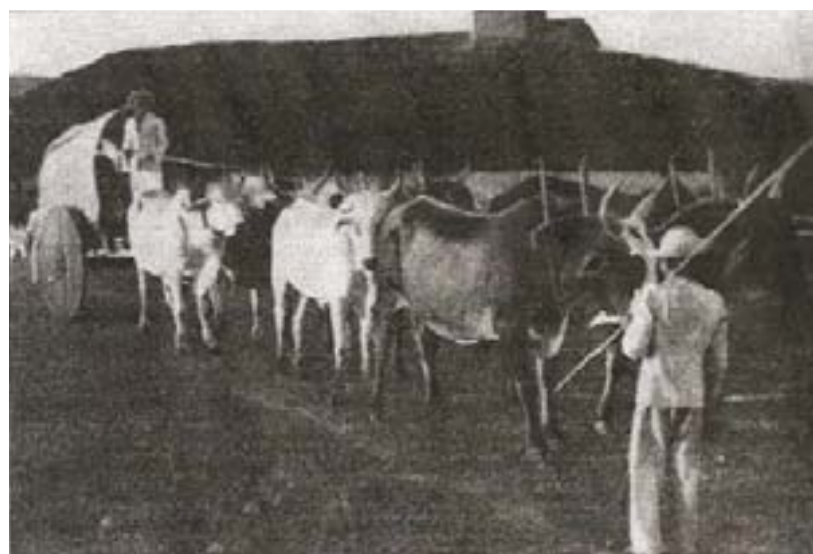
REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE DO COURO

A vestimenta de um vaqueiro, de um carreiro e de um guia de animais é um documento importante para entendermos a história da “sociedade do couro”. Vestes e peças do corpo são bastante representativas dessa sociedade. O chapéu, por exemplo, foi usado para cobrir e proteger a cabeça do sol, da chuva, dos espinhos etc. Poderia ser utilizado como recipiente de apoio quando se retiravam frutas de uma árvore no meio de um caminho tangendo os bois. E até mesmo para beber água.

Também determinados conceitos morais estavam por detras do uso de determinada indumentária. Cobria-se dos pés à cabeça por questões de descência, segundo Bermadino José de Souza, especialista no estudo do carro de boi no Brasil. Tudo indica que o corpo do homem e principalmente da mulher não poderia ser mostrado em público. (SOUZA, 1958:467)



Desenho de família de fazendeiros usando o carro de bois (RUGENDAS, 1978:165/foto3-17).



Transporte de uma família em Simão Dias. (SOUZA1958:517).

Souza defende a importância de se estudar o vestuário humano nos estudos da História, da Sociologia e Antropologia. Diz esse autor que é uma ferramenta essencial para se constituir a compreensão da cultura dos povos. Antonio Gomes da Rocha Medahil, diz: “o vestuário ocupa no quadro geral da Etnologia lugar inconfundível, nitidamente diferenciado como aspecto impressionante na vida material de um homem.” (Idem)

Desde os anos de 1920, Gilberto Freire percebia a importância da cultura material nos estudos do passado. Os primeiros trabalhos da década de 1920 foram publicados no Diário de Pernambuco. Nos anos de 1930 avolumaram-se as publicações: Guia Histórico do Recife (1934); Guia Histórico de Olinda (1939); Casa-Grande e Sensala e Sobrados e Mocambos (1936), entre outros. Peter Burke refere-se a Freire como historiador social por seu interesse por aquilo que “à maneira de arqueólogos e antropólogos, chamamos de cultura material: a história da alimentação, da vestimenta, da moradia e da mobília”. Ainda segundo esse autor, uma grande conquista dos estudos de Freire foi “colocar a comida, as roupas, os móveis e a casa dentro do mapa da História”. (BURKE, 2000)

Mesmo não sendo um estudioso da sociedade do couro, por optar mais pelo estudo da sociedade açucareira, Freire reforça a importância da cultura material para entendermos aspectos do homem do sertão. Souza e Freire podem nos dar pistas para adentrarmos à sociedade do couro a partir da indumentária, da comida, dos objetos da casa e do trabalho etc. Esse caminho vai ser percorrido por você, prezado aluno ou estimada aluna, em atividades de pesquisa para a disciplina Temas de História de Sergipe II. Com certeza, na sua comunidade há traços peculiares sobre essa sociedade. Os mais velhos podem sugerir vários caminhos para o seu estudo.

O primeiro texto de apoio é bastante significativo para entendermos aspectos da sociedade do couro. Pesquise cada termo desse texto. Para ajudá-lo nessa empreitada, vamos a um exemplo: a palavra “alforge”. Segundo o dicionário Houaiss da Língua portuguesa, esse termo significa: “duplo saco, fechado em ambas as extremidades e aberto no meio (por onde se dobra), formando duas bolsas iguais”. (Dicionário, 2001:152) Ele era usado em animais de transporte, em cavalo, jegue e burro. Para que servia? Encontramos essa resposta quando estudamos o cotidiano do criador de gado e de outros muare.

Não devemos esquecer da cultura imaterial. Existem lendas, contos, mitos, canções, folguedos, gestos e palavras que muito dizem sobre a representação e práticas dessa sociedade. Silvio Romero, por exemplo, coletou versos de reisados bem representativos dessa sociedade. Veja o texto de apoio 2. Outro exemplo é a Cavallhada em Poço Redondo. Mesmo representando o ideário da luta entre cristãos e mouros, essa tradição tem muito a ver com a sociedade do couro. Verônica Maria Menezes Nunes e Fabrícia de Oliveira Santos em “Cavallhada de Poço Redondo” ajudam-nos

a compreender como a cavalgada é parte das manifestações da sociedade do sertão. (2001)

Verifique outros documentos sobre a cultura imaterial que envolve elementos representativos dessa sociedade. Mas não cometa anacronismos, confundindo essa sociedade do couro com o modelo de vida americano de rodeios ou dos filmes de faroeste.

Acreditamos que nesta lição você tenha entendido com mais detalhes a frase de Freire indicada no início do texto. O caminho que percorremos conduziu à compreensão do processo de colonização de Sergipe via a criação de gado. Supomos que você tenha subsídios suficientes para entender a sociedade do couro e comece suas pesquisas.

TEXTO 1

“Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por defeito do solo, pela falta de chuva durante a maior parte do ano. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do monjolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saboroso eram devoradas com avidez. Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas da fôca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de boi que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz

ABREU, Capistrano de. Os Sertões. In: Capítulos da História Colonial. 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 153.

REISADO DA BORBOLETA, DO MARACUJÁ E DO PICA-PAU (Sergipe).

| Cena 1ª | Cena 2ª | Cena 3ª |
|---|---|--|
| <p>(Aparece um grupo cantando)</p> <p>Coro: Quando nesta casa entramos Toda cheia de alegria Da cepa nasceu o ramo Do ramo nasceu a flor E da flor nasceu Maria Mãe do nosso Redentor</p> | <p>(Aparece uma figura representando a borboleta)</p> <p>Coro: Borboleta bonitinha Saia fora do rosal Venha cantar doces hinos Hoje noite de Natal</p> <p>Borboleta: Deus lhe dê mui boa noite Boa noite lhe dê Deus Que eu não sou mal ensinada Ensino meu pai me deu</p> <p>Coro: Borboleta bonitinha Saia fora do rosal Venha cantar doces hinos Hoje noite de Natal</p> <p>Borboleta: Eu sou uma borboleta Sou linda, sou feiticeira Ando no meio da casa Procurando quem me queira</p> <p>Coro: Borboleta bonitinha Saia fora do rosal, etc.</p> <p>Borboleta: Eu sou uma borboleta Verde da cor da esperança Ando no meio da casa Com alegria e bonança</p> | <p>(O vaqueiro, que é uma espécie de palhaço, traz para cena um pé de maracujá artificial; duas figuras entram e cantam)</p> <p>1ª figura: Senhores, me dêem licença Licença me queiram dar Que eu vou chamar minha irmã Pra apanhar maracujá</p> <p>2ª figura: Minha irmã me chamou Pra apanhar maracujá Senhores, me dêem licença Licença queiram me dar</p> <p>Estribilho: Ecô, ecô Apanhar maracujá Maracujá perruche Apanhar maracujá Maracujá de doce Apanhar maracujá Bem apanhadinho Apanhar maracujá Bem machucadinho Apanhar maracujá Pela mão de sinhá Apanhar maracujá</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | <p>Coro: Borboleta bonitinha Saia fora do rosal, etc.</p> <p>Borboleta: Eu sou uma borboleta Vivo de ar e de luz Ando no meio da casa Com minhas asas azuis</p> <p>Coro: Borboleta bonitinha Saia fora do rosal, etc.</p> <p>Borboleta: Adeus, senhores, adeus Já são horas de partir Entre a bonina e a açucena Já são horas de dormir</p> | |
| <p>Cena 4^a</p> <p>(Aparece um tronco de árvore com dois pica-paus, dois meninos cantam em torno do mesmo)</p> <p>Meninos: Pinica-pau é marinheiro Ninguém pode duvidar Com seu barrete vermelho E camisa de zangá</p> <p>Estribilho: Sinhá Naninha De Campos de Minas Sinhô Mané, Corta-Pau, Berimbau Arrevira o pau Meu pinica-pau Torna a revirar Que isto não é mau...</p> | <p>Cena 5^a</p> <p>(Representa-se o bumba-meu-boi)</p> <p>Coro: Olha o boi, olha o boi Que te dá Ora entra pra dentro Meu boi marruá Olha o boi, olha o boi Que te dá Ora, ao dono da casa Tu vais festejar Olha o boi, olha o boi Que te dá Ora, dá no vaqueiro Meu boi guadimar Olha o boi, olha o boi Que te dá Ora, espalha este povo Meu boi marruá</p> | <p>Cena 6^a</p> <p>(Reunem-se todas as figuras e cantam em despedida)</p> <p>Retirada, meu bem, retirada Acabou-se a nossa função Não tenho mais alegrias Nem também consolação</p> <p>Bateu asa, cantou o galo Quando o Salvador nasceu Cantam anjos nas alturas Gloria in excelsis Deo!...</p> |

| | | |
|---|---|--|
| <p>Meninos: Pinica-pau de curioso De um pau fez um tambor Para tocar a alvorada Na porta do seu amor</p> <p>Estrilho: Sinhá Naninha De Campos de Minas Sinhô Mané, Corta-Pau, Berim- bau Arrevira o pau Meu pinica-pau Torna a revirar Que isto não é mau...</p> <p>Meninos: Pinica-pau de atrevido Foi ao Rio de Janeiro Buscar sua mulatinha Que comprou com seu dinheiro</p> <p>Estrilho: Sinhá Naninha De Campos de Minas, etc.</p> <p>Meninos: Pinica-pau, vamos embora Pede licença às senhoras Faz a tua cortesia Procura o tom da viola</p> <p>Estrilho: Sinhá Naninha De Campos de Minas, etc.</p> | <p>Olha o boi, olha o boi Que te dá Ora, sai da catinga Meu boi malabar Olha o boi, olha o boi Que te dá Ora, faz cortesia Meu boi guadimar...</p> <p>(Depois de várias evoluções, finge-se o boi morto, e depois levanta-se)</p> <p>Vaqueiro: Levanta-te, meu boi Vamo-nos embora Que a viagem é longa Daqui para fora O meu boi de Minas Como boi primeiro Com a festa do povo Dança do pandeiro O meu boi de Minas Era um valentão Chegando ao Capinha Derrubou no chão O meu boi valente É do coração Dança no escuro Sem um lampião Aqui estou esperando Bem do coração A sua resposta Oh! seu capitão</p> | |
|---|---|--|

(ROMERO, Sílvio. Cantos populares do Brasil)

CONCLUSÃO

Sergipe não se tornou uma sociedade açucareira como nas capitanias da Bahia e de Pernambuco, nos séculos XVI e XVII. Tornou-se uma “sociedade do couro”, dos gêneros alimentícios e do fumo. Essa especificidade não diminui e nem acrescenta a importância dessa capitania na História do Brasil. Haveria algum desmerecimento não ser uma capitania voltada para o produto-chefe monocultor-exportador, cobiçado pela coroa portuguesa? Há empobrecimento da história de Sergipe por não ter a casa-grande, a senzala e a capela nos séculos XVI e XVII?

Claro que não. A história do Brasil ainda precisa inserir outras histórias de capitanias chamadas de subalternas ou “diferentes”.

Esta primeira lição foi um convite a pensarmos a formação da sociedade sergipana, compreender que houve privilégios de uns sobre os outros no tocante a colonização no século XVI, a ocupação das terras para criar o gado. Uma minoria teve acesso as terras de excelentes pastagens, tornando-se donos de curais e, a outra, trabalhadores do gado, pequenos curraleiros, restou o trabalho árduo do dia a dia junto a boiada. Estes últimos apreenderam a se virar na experiência do desbravamento do sertão.

RESUMO

A criação de gado foi a principal atividade econômica dos colonizadores no final do século XVI, logo após a conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros. As terras passaram a ser ocupadas em função do gado, do rio Real ao São Francisco, também nos séculos XVII e XVIII. O senhor da Casa da Torre, descendentes e agregados tiveram muitos privilégios na empreitada da ocupação do solo da capitania sergipana, escolhendo terras mais favoráveis à criação de gado e outros animais. Essa empreitada de colonização foi entendida por alguns pesquisadores como uma ação dos grandes homens, bandeirantes. Garcia de Ávila e seus herdeiros, por exemplo, foram identificados como colaboradores da construção da nação.

Seguimos uma visão não apologética sobre os Ávila no desbravamento do sertão. Empreendemos, com ajuda de Pessoa, um olhar mais crítico sobre a colonização da capitania de Sergipe, identificando os privilégios de alguns sobre outros na ocupação das terras para criar o gado. Também entendemos que a maioria dos colonizadores de Sergipe se constituía de homens comuns pobres, aventureiros e gente de toda a espécie, no dizer de Capistrano de Abreu. Eles utilizaram a mão de obra familiar e o trabalho indígena. Vale ressaltar a tensão existente nessa ocupação do solo para criar o gado e do uso da mão de obra indígena. Não fora tranquila as relações com os índios.

Em outro momento deste texto conduzimos para a discussão sobre compreensão de aspectos da sociedade do couro. Mencionamos as vestimentas e rituais de festas dessa sociedade onde o boi e o cavalo foram corriqueiramente utilizados nas tradições dessa sociedade.





ATIVIDADES

1. Construa um blog sobre os assuntos de “temas de História de Sergipe II”. Neste primeiro capítulo, busque na internet um vídeo sobre vaqueiros e, em seguida, faça comentários sobre o mesmo procurando interligar com o texto principal desta lição. Não se esqueça de indicar a fonte onde retirou suas informações (devemos respeitar os autores dos textos e imagens da internet e do texto impresso.)
2. Faça uma entrevista (grave e transcreva) com um mais velho da sua região sobre as influências da criação de gado em seu município. Pessoas da terceira idade podem auxiliá-lo nesta empreitada na busca do conhecimento sobre o passado de sua região.
3. qual a contribuição do criador de gado (o vaqueiro, etc) na colonização de Sergipe?

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. **Capítulos da História Colonial**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.
- ABUD, Kátia. **O Sangue Intimorato e as nobilíssimas tradições – a construção de um símbolo paulista: o Bandeirante**. São Paulo: Doutorado em História FFLCH/USP, 1985
- ALMEIRA PRADO, João Fernando de. **A Bahia e as Capitânicas do Centro**. São Paulo: Companhia da Editora Nacional/ Série Brasileira, 1945, vol. 246, tomo II.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Livraria Progresso Editora, 1950.
- ARAÚJO, Emmanuel. Tão Vasto, tão ermo, tão longe: O sertão e o sertanejo no tempos coloniais. In: PRIORI, Mary Del (Org.) **Revisão do Paraíso. Os Brasileiros e o Estado em 500 anos de História**, Rio de Janeiro: Campus, 2000, p.45-91
- AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador. A Igreja Católica na Bahia (1551-2001)- Período Colonial**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BARRETO, Aníbal. **Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- BARROS, Francisco Borges de. **Bandeirantes e sertanistas baianos**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.
- BRANDÃO, Ambrosio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Edição da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro: Dois Mundo

Editora Ltda, 1943.

BURKE, Peter. Uma história da intimidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de março de 2000, Caderno Mais.

BEZERRA, Felte. Expansão Territorial Sergipense. In: **Investigações Histórico-geográficas de Sergipe**. Rio de Janeiro: Edições da Organização Simões, 1952.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros**. s.l.: Livraria José Olympio Editora, 1958.

CAMPOS MORENO, Diego de, **Livro que dá razão do Estado do Brasil**. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do livro, 1968.

CELSO, Antônio A. **Epopéia Bandeirante: letrados, instituições e invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: UNESP, 2002.

DICIONÁRIO HOUISS DA LINGUA PORTUGUESA, Rio de Janeiro: 2001.

DORIA, Francisco Antonio. **Caramuru e Catarina: lendas e narrativas sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977

_____. **História territorial do Brasil**. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

GARRIDO, Carlos Miguez. Fortificações do Brasil. **Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GOULART, José Alípio. **O Muar - Meios e transportes no interior do Brasil**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura / Serviço de Documentação, 1959.

_____. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1962.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndios. 5 ed. Paz e Terra, 1981

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do Paraíso**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1992.

LIMA JUNIOR, Francisco Antônio de. Monografia Histórica do Município de Itabaiana, **RIHS**, Ano I, Vol.II.1914.

LINHARES, Maria Yeda Leite. Pecuária, alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII), **Revista Tempo**, Niterói, RJ, v1, no2, Dez, 1996.

MELO, M. Rodrigues. **Patriarcas e Carreiros**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1954.

NEVES & MIGUEL (org.). **Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Salvador: Arcádia, 2007.

NUNES, Thetis. **Sergipe Colonial I**. São Cristovão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.

NUNES, Verônica Maria Menezes e SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **Cavallhada de Poço Redondo**. Aracaju, 2001, Caderno Cedop.

- PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, FAPESP, 2002.
- QUEIRÓS, Kátia Mattoso. **Ser Escravo no Brasil**. Ed. Brasiliense, 1982.
- RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Rio de Janeiro; Circulo do Livro, 1978.
- RAMINELLI, Ronald. O Índio e o Renascimento Português. In: **História Social**, Campinas, v.1,1994.
- ROMERO, Sílvio. **Cantos populares do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio,1951.
- SALOMÃO, Lílian. A lenta penetração portuguesa no Brasil: o caso de Sergipe d'El Rey, Território Marginal. **Cadernos UFS-História**, vol2, no.3, jul\dez, 1996, p.105-115.
- SILVA, ÂNGELO Emílio da. **As ruínas da tradição: 'A Casa da Torre' de Garcia D'Ávila - família e propriedade no nordeste colonial**". Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), USP, 2003
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria**. Dissertação de mestrado,UFF, 1981.
- SIMONSEM, Roberto. **História Economica do Brasil**, 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, 218
- SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil. **RIHGB**. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.
- SOUSA, Bernadino José de. **Ciclo do Carro de Bois no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- SOUZA, Gabriel Soares de. **Noticias do Brasil**. Edição Patrocinada pelo Departamento de Assuntos Culturais do M. E.C, 1974, p. 25.
- TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora da Unesp; Salvador, Ba: EDUFBA,2001
- VIANNA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas baianos**. São Paulo: Nacional, 1935.